



ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Aos 18 dias do mês de junho de 2019, às 09h00min, na Sala de Reuniões da CINEP, localizada
2 na Av. Feliciano Cirne, 50, Jaguaribe, João Pessoa – PB, realizou-se a **46ª Reunião Ordinária**
3 **do CERH**. Na ausência do Presidente do CERH, Senhor Deusdete Queiroga Filho e do
4 Secretário Executivo deste Conselho, Senhor Porfírio Catão Cartaxo Loureiro, a reunião foi
5 conduzida pelo Conselheiro Beranger Arnaldo de Araújo, por determinação do Presidente do
6 CERH através de Ato de Declaração de Competência. A Reunião contou com a presença dos
7 seguintes Conselheiros: Demilson Lemos de Araújo (Suplente **SEDAP**), Liliane de Araújo Lima
8 Monteiro Lino (Titular **SES**), Andrea Lira Cartaxo (Suplente **AESA**), Márcio Fernando Ducat
9 (Titular **AGEVISA**), Osvaldo José Guerra Guimarães (Suplente **AGEVISA**), Antônio Bacalhao
10 Sobrinho (Suplente **EMPAER**), Ronilson José da Paz (Titular **IBAMA**), Laudízio da Silva Diniz
11 (Suplente **CAGEPA**), Domingos Lelis Filho (Titular **FAEPA**), Luis Augusto de Lima Santos
12 (Titular **ASPLAN**), José Verçosa Júnior (Suplente **SINDALCOOL**), Ana Cristina Souza da Silva
13 (Suplente **UFPB**), Mirella Leôncio Motta e Costa (Titular **CBH-LN**), Waldemir Fernandes de
14 Azevedo (Titular **CBH-PPA**). Os Conselheiros Soahd Arruda Rached (UFCG), Jaqueline
15 Pequeno da Silva (ABES) justificaram a ausência. Também estiveram presentes os senhores
16 Ana Emília Duarte Paiva, Magda Dayse F. Rangel e Alexandre Magno T. Medeiros, servidores
17 da AESA. Após a verificação de quórum às 09h40min, o Senhor Beranger Arnaldo de Araújo
18 iniciou a reunião dando as boas-vindas aos presentes, fez a leitura da **Pauta** da reunião: I-
19 Abertura; II- Verificação de “quórum”; III- Leitura, discussão e votação da Ata da reunião
20 anterior; IV- Leitura do expediente; V- Posse de Conselheiros Titulares e Suplentes; VI-
21 Certificação das Metas do PROCOMITÊS; VII- Apresentação de proposta da nova Composição
22 do CERH; VIII- Informe sobre trabalho visando a Redefinição das Câmaras Técnicas do CERH;
23 IX- Palavra facultada; X- Encerramento. Dando seguimento à reunião o Senhor Beranger
24 convidou a Conselheira Liliane de Araújo Lima Monteiro Lino, indicada para representar a
25 Secretaria de Estado da Saúde – SES, para tomar posse. A Conselheira foi empossada para
26 um mandato de dois anos, conforme o Art. 3º do Decreto Nº 18.824, de 02/04/1997, que
27 aprova o Regimento Interno do CERH. Continuando, o Senhor Beranger solicitou que a
28 Senhora Mirella Leôncio Motta e Costa lesse a Ata da 45ª Reunião Ordinária quando vários
29 conselheiros se manifestaram falando que era dispensável a leitura já que a minuta da Ata
30 havia sido enviada a todos os Conselheiros, juntamente com o Convite para a reunião,
31 passando-se, então, para a discussão dos fatos relatados na Ata e votação de sua aprovação.
32 Não houve contestações e a Ata da 45ª Reunião Ordinária foi aprovada. Prosseguindo, o
33 Senhor Beranger informou que foi elaborado do Termo de Referência para Elaboração dos
34 Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Litorâneas da Paraíba e que o TDR já
35 está em fase de licitação. A Conselheira Mirella contestou e falou que o TDR precisa ser enviado
36 aos Comitês para análise e aprovação, antes da licitação. O Senhor Beranger informou que a
37 AESA irá providenciar o encaminhamento do TDR para a diretoria do CBH-LN e CBH-LS e
38 convocar uma reunião com as diretorias desses Comitês para apresentação e aprovação do
39 TDR, antes da licitação. Dando segmento a reunião, o Senhor Beranger convidou a servidora
40 da AESA Magda Dayse para fazer a apresentação, em substituição a Maraci Virgolino, que se
41 encontra em licença maternidade. Magda iniciou a apresentação do Programa Nacional de





42 Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS e das Metas do Ano I para
43 certificação. Informou que o Programa surgiu a partir de demandas reiteradas dos Comitês,
44 por atuação da ANA em favor do fortalecimento dos colegiados do SINGREH. No ENCOB
45 2015/2016 houve discussão e formulação sobre o assunto e em 2016 foi realizado o
46 lançamento e a regulamentação. Explicou que a Regulamentação foi feita através da Resolução
47 ANA Nº 1.190/2016, de outubro de 2016. Em dezembro de 2016 foi elaborada a Resolução
48 ANA nº 1.595/2016, aprovando o detalhamento dos componentes do PROCOMITÊS.
49 Prosseguindo, Magda falou sobre as Peças Preparatórias: - Formulário para diagnóstico
50 preliminar; - Documentos-Modelo para adesão; - Regulamento do Programa; - Detalhamento
51 dos componentes, indicadores e metas; Contrato Padrão. A seguir falou sobre as
52 FRAGILIDADES IDENTIFICADAS: - O funcionamento dos Comitês, em termos operacionais, é
53 precário em muitos casos; - O exercício da representação sofre com assimetrias no nível de
54 organização dos diferentes segmentos e setores; - O reconhecimento dos Comitês pela
55 sociedade é baixo, limitando sua capacidade de atuação política; - O conhecimento que o
56 SINGREH tem de suas instâncias colegiadas é deficiente, pulverizado e sofre com dificuldades
57 de atualização; - A implementação dos instrumentos de gestão sob governabilidade dos CBHs
58 é lenta e pouco efetiva. Explicou sobre o Objetivo Geral do PROCOMITÊS, que é "*Contribuir
59 para o aperfeiçoamento da atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas e sua consolidação
60 como espaços efetivos de maturação e implementação da PNRH, em consonância com os
61 fundamentos da descentralização e da participação, preconizados pela Política Nacional de
62 Recursos Hídricos, com vistas a avançar na implementação dos instrumentos de gestão.*"
63 Enfatizou que os Comitês contemplados com o Programa são o CBH-LS (Bacias Hidrográficas
64 do Rio Gramame e do Rio Abiaí), o CBH-LN (Bacias Hidrográficas do Rio Miriri, do Rio
65 Mamanguape e do Rio Camaratuba) e o CBH-PB (Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba). Seguindo,
66 falou sobre os Objetivos Específicos do PROCOMITÊS, que são: - Proporcionar condições para
67 a melhoria da capacidade operacional dos comitês de bacias hidrográficas; - Promover ações
68 de capacitação com foco nos comitês de bacias hidrográficas; - Promover ações de
69 comunicação que permitam ampliar o reconhecimento dos comitês de bacias hidrográficas; -
70 Contribuir para a implementação e efetividade dos instrumentos de gestão de recursos
71 hídricos. A seguir, Magda explicou o processo de Repasses: Lógica: "recompensa" pelo *alcance
72 de metas* (similaridade com Progestão); Depósitos: em *conta específica* vincula ao Contrato e
73 de titularidade da Entidade Estadual (AESAs); A aplicação dos recursos *é restrita* às ações,
74 programas e serviços voltados ao fortalecimento dos comitês; O primeiro repasse é feito logo
75 após assinatura dos Contratos e os demais anualmente, conforme o cumprimento das metas
76 e *Certificação pelo CERH*. Seguindo, Magda apresentou todo o processo para a participação
77 da AESA no PROCOMITÊS e, em seguida apresentou as Metas que precisavam ser cumpridas
78 pelos três Comitês Estaduais, no Ano I. O Conselheiro Laudízio Diniz perguntou sobre as
79 fragilidades dos Comitês, parabenizou pela execução de 90% da Metas, já que os Comitês
80 foram identificados como frágeis e concluiu falando que gostaria de saber quais foram as
81 deliberações de cada Comitê no Ano I. A Conselheira Mirella Motta explicou que a ANA
82 identificou fragilidades em todos os Comitês de Bacias Hidrográficas, em todos os Estados, o
83 que serviu para justificar a criação e implantação do PROCOMITÊS. A Conselheira Ana Cristina
84 expôs que compete aos Comitês, no âmbito de sua área de atuação, deliberar sobre questões





85 relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes. Expôs
86 também que em 2018 os Comitês não aprovaram o Plano de Aplicação do FERH para 2019.
87 Continuou expondo que o CBH-LS não cumpriu a meta referente ao número mínimo de
88 reuniões anuais e ressaltou que o não cumprimento da meta está relacionada com a espera
89 do CBH-LS pela apreciação do Plano de Aplicação, já que essa apreciação é prioridade no
90 planejamento de reuniões do Comitê. A Conselheira Mirella Motta reforçou que o Plano Anual
91 de Aplicação dos Recursos do FERH não foi submetido aos Comitês, portanto, os Comitês não
92 reconhecem o Plano de Aplicação do FERH aprovado pelo CERH para 2019. Finalizou expondo
93 que a reunião do CERH foi realizada no dia 27 de dezembro, quando a maioria dos Conselheiros
94 estava de férias ou já tinha compromissos agendados. O Diretor Administrativo Financeiro da
95 AESA, Senhor Joacy Mendes, que foi convidado para participar da Reunião, expôs que não era
96 de seu conhecimento que o Plano Anual de Aplicação dos Recursos do FERH não havia sido
97 submetido aos Comitês, porém não achava que isso é motivo para anular o Plano. A
98 Conselheira Mirella Motta falou que por Lei (Lei nº 6.308/1996) a aplicação dos recursos do
99 FERH devem ser orientada pela Política Estadual de Recursos Hídricos, portanto, as prioridades
100 na aplicação dos recursos do FERH serão definidas pelo Conselho Estadual de Recursos
101 Hídricos em articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica, com base nos estudos técnicos
102 elaborados pela AESA. Então, foi ingerência da Presidência da AESA e dos Conselheiros que
103 aprovaram o Plano sem a participação dos Comitês. O Conselheiro Domingos Lelis expôs que
104 o reconhecimento dos comitês pela sociedade é muito baixo, que é necessária uma maior
105 divulgação do papel dos Comitês junto a população dos municípios pertencentes as Bacias
106 Hidrográficas. Continuou perguntando como os Comitês estão interagindo com a chegada das
107 águas do PISF. Finalizou falando que o CERH precisa provocar a AESA e participar mais das
108 decisões, está faltando mais interação entre o CERH e a AESA. A Conselheira Mirella Motta
109 falou que os Comitês estão sempre buscando informações sobre o andamento das obras, a
110 exemplo do Canal das Vertentes Litorâneas, falou, também, que a sociedade precisa conhecer
111 os trabalhos dos Comitês e que os Comitês precisam ser mais fortalecidos. A Conselheira Ana
112 Cristina falou que como tudo está interligado, um dos papéis dos Comitês é deliberar sobre a
113 aplicação de parte dos recursos do FERH e parece que existe um vácuo entre os Comitês e o
114 FERH. Joacy Mendes falou que membros dos Comitês estão enviando demandas diretamente
115 para a AESA, quando essas demandas deveriam ser enviadas pelos Comitês. As Conselheiras
116 Mirella e Ana Cristina falaram que desconhecem o assunto. O Conselheiro Laudízio Diniz falou
117 que o ritual é o Plano de Aplicação dos Recursos do FERH passar pelos Comitês para análise
118 e aprovação, depois passar pela Câmara Técnica de Acompanhamento e Avaliação das Ações
119 do FERH para análise e Parecer, após isso é que passa pelo CERH. Se esse procedimento não
120 for adotado, se torna ilegal e concluiu falando que o Plano de Aplicação para 2019, mesmo já
121 tendo sido aprovado pelo CERH, precisa ser enviado aos Comitês. O Conselheiro Demilson
122 Lemos falou sobre o andamento do estudo dos solos que serão utilizados na irrigação, com as
123 águas do Canal das Vertentes Litorâneas, que deverá ser concluído até o final do ano. Expôs
124 que se deve evitar que o Plano de Aplicação do FERH, para 2020, avance sem passar pelos
125 Comitês, assim como o Termo de Referência para Elaboração dos Planos de Recursos Hídricos
126 das Bacias Hidrográficas Litorâneas da Paraíba. É necessário que tudo que diga respeito aos
127 Comitês sejam analisados e aprovados pelos Comitês e finalizou falando que precisamos





128 cumprir as determinações da Lei nº 6.308/1996, que trata da Política de Recursos Hídricos na
129 Paraíba. A Conselheira Mirella Motta expôs sobre a elaboração do Plano de Comunicação para
130 os Comitês, que servirá para criação/atualização dos sites dos Comitês, entre outras ações. O
131 Senhor Beranger comunicou que os Comitês disporão de uma sala exclusiva na AESA, quando
132 a reforma do prédio for realizada. Finalizadas as manifestações, o Senhor Beranger colocou
133 em votação a Certificação das Metas do PROCOMITÊS, que foi aprovada por todos os
134 conselheiros presentes. Continuando, o Senhor Beranger explicou que temos duas vagas a
135 serem preenchidas na relação das Entidades que compõem o Conselho Estadual de Recursos
136 Hídricos, pois com a reforma administrativa ocorrida por meio da Lei nº 10.467, de
137 26/05/2015, a Secretaria de Infraestrutura – SEIE foi cindida e incorporada a Secretaria de
138 Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia
139 - SEIRHMACT, que a partir de 03/01/2019 passou a ser denominada Secretaria de Estado da
140 Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (SEIRHMA). A Lei nº 10.467, de
141 26/05/2015 também extinguiu a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da
142 Paraíba – CDRM, que foi transformada em uma Diretoria vinculada a SEIRHMA. Desta forma,
143 temos as vagas provenientes da antiga Secretaria de Infraestrutura e da CDRM. De acordo
144 com a Lei Nº 6.308, de 02/07/1996, Art. 7º, § 2º, *Ocorrendo a extinção de quaisquer dos*
145 *órgãos ou entidades previstas no caput deste artigo ou a recusa à ocupação da vaga, caberá*
146 *ao CERH promover o ajuste na sua composição, respeitado o respectivo setor.* Assim sendo,
147 a vaga da antiga Secretaria de Infraestrutura deveria ser remanejada para a Secretaria de
148 Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente (SEIRHMA), sendo
149 representada pela Secretaria Executiva de Infraestrutura e Recursos Hídricos. Com relação a
150 vaga que era da CDRM, sugerimos a indicação da Agência de Regulação da Paraíba – ARPB,
151 órgão que tem atuação na regulação, dentre outros, de saneamento e serviços públicos de
152 competência do Estado ou outro órgão sugerido pelo CERH. Prosseguindo, o Senhor Beranger
153 convidou a Conselheira Mirella Motta para informar sobre o trabalho visando a Redefinição das
154 Câmaras Técnicas do CERH. A Conselheira Mirella fez um retrospecto sobre o estudo realizado
155 por um grupo de Conselheiros com algumas alterações a serem feitas nas Câmaras Técnicas
156 do CERH. Os Conselheiros presentes solicitaram que o trabalho fosse enviado a todos os
157 Conselheiros para análise, com um prazo de 30 dias para manifestações. O Conselheiro
158 Domingos Lelis parabenizou e agradeceu, em nome dos produtores rurais, pelo trabalho que
159 a AESA vem realizando nas áreas de concessões de outorgas, licenças de obras hídricas e
160 fiscalização para manutenção dos benefícios na conta de energia elétrica rural. A seguir o
161 Senhor Beranger solicitou que o Senhor Alexandre Magno, gerente de Monitoramento e
162 Hidrometria da AESA, fizesse uma exposição sobre os reservatórios monitorados que
163 receberam e estão recebendo águas das chuvas que estão caindo em todo o Estado. Alguns
164 Conselheiros fizeram comentários sobre assuntos variados. Esgotado o debate, o Senhor
165 Beranger agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 46ª Reunião Ordinária da
166 CERH. Esta Ata foi lavrada por mim, Maria Itaci Costa Leal, e segue para a assinatura de todos
167 os Conselheiros presentes à Reunião.





Deusdete Queiroga Filho Presidente do CERH	Porfírio Catão Cartaxo Loureiro Secretário Executivo do CERH
Titular SEPLAG	Ricardo Lavor Cavalcanti Suplente SEPLAG
Efraim de Araújo Moraes Titular SEDAP	Demilson Lemos de Araújo Suplente SEDAP
Titular SEIE	Suplente SEIE
Liliane de Araújo Lima Monteiro Lino Titular SES	Rosa Amélia de Farias Luna Suplente SES
Beranger Arnaldo de Araújo Titular AESA	Andrea Lira Cartaxo Suplente AESA
Titular SUDEMA	João Carlos de Miranda e Silva Suplente SUDEMA
Márcio Fernando Ducat Titular AGEVISA	Osvaldo José Guerra Guimarães Suplente AGEVISA
Raimundo Barbosa Sucupira Titular EMATER	Antônio Bacalhao Sobrinho Suplente EMATER
Titular CDRM	Suplente CDRM
Titular DNOCS	Daniilo Augusto Santos de Sousa Suplente DNOCS





Ronilson José da Paz Titular IBAMA	Rodrigo Dutra Escarião Suplente IBAMA
Titular FAMUP	Suplente FAMUP
Simão Araújo Barbosa de Almeida Titular CAGEPA	Laudízio da Silva Diniz Suplente CAGEPA
Wagner Antônio A. Breckenfeld Titular FIEP/SINDUSCON	Raimundo Gilson Vieira Frade Suplente FIEP/SINDUSCON
Domingo Lelis Filho Titular FAEPA	Alberto Vieira de Atayde Suplente FAEPA
Luís Augusto de Lima Santos Titular ASPLAN	Francisco Siqueira de Lima Neto Suplente ASPLAN
Edmundo Coelho Barbosa Titular SINDALCOOL	José Verçosa Júnior Suplente SINDALCOOL
Karine Cristiane de Oliveira Souza Titular UFPB	Ana Cristina Souza e Silva Suplente UFPB
Janiro Costa Rego Titular UFCG	Soahd Arruda Rached Suplente UFCG
José Etham de Lucena Barbosa Titular UEPB	Ozéas Jordão da Silva Suplente UEPB





Vanessa Virgínia Barbosa Titular ABRH	Suplente ABRH
Jaqueline Pequeno da Silva Titular ABES	José Reynolds Cardoso Melo Suplente ABES
Valdemir Azevedo Pereira Titular CBH-PB	André da Silva Santos Suplente CBH-PB
Pedro José César Lima Titular CBH-LS	Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos Suplente CBH-LS
Mirella Leôncio Motta e Costa Titular CBH-LN	Natanael Leal da Silva Suplente CBH-LN
Waldemir Fernandes de Azevedo Titular CBH-PA	Maria de Lourdes Santana dos S. e Araújo Suplente CBH-PA

